

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

- Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº 6.103 de 15 de dezembro de 2023 e suas posteriores alterações, e às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas posteriores modificações, devendo ser utilizado como referência para análise e avaliação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor, em futura licitação pública.

2. JUSTIFICATIVA

- O Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997) estabelece que *“compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, implantar, manter e operar o sistema de sinalização, dispositivos e os equipamentos de controle viário” (art. 24, inc. III).*
- O adequado funcionamento do sistema de sinalização semafórica resulta na melhor fluidez do tráfego urbano através do emprego de equipamentos de tráfego capazes de orientar o comportamento dos condutores, proporcionando menores tempos de deslocamento ao longo das vias, sem retenções desnecessárias, pelo uso das modernas tecnologias atualmente disponíveis.
- Deve-se considerar que a Administração Pública tem o dever de manter as vias em bom estado, incluindo a sinalização adequada, para garantir a segurança dos usuários, respondendo o órgão de trânsito com circunscrição sobre a via pela sua falta, insuficiência ou incorreta colocação (art. 90 do CTB, § 1º).
- Por outro lado, uma sinalização semafórica eficiente e confiável estimula o nível de respeito dos condutores e pedestres, aumentando o nível de segurança nas vias públicas e tendo como consequência a redução da quantidade de acidentes, bem como de sua severidade.
- Em privilégio do princípio da eficiência administrativa, caracterizados os benefícios sociais e o interesse público envolvido, resta justificada a necessidade da contratação pretendida.

3. OBJETO

- O objeto para atendimento da presente necessidade é a contratação de empresa especializada de engenharia para execução de **serviços de manutenção da sinalização semafórica das vias urbanas do município de Teresópolis/RJ.**
- A contratação pretendida tem natureza de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- Os serviços são de natureza contínua, destinados a executar atividade

administrativa permanente, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro, a serem executados de forma indireta em regime de empreitada por preços unitários.

- O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nas condições do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Esta unidade requisitante, sugere que a contratação seja efetiva pelo Sistema de Registro de Preços, observando as regras da Seção V da Lei Federal nº 14.133/2021, na modalidade Pregão Eletrônico, com modo de disputa aberto.
- O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o de menor oferta de preço global, em Lote Único, observadas as especificações técnicas e demais exigências contidas neste Termo de Referência, no futuro Edital e seus Anexos.
- Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- Conforme disposições contidas no Anexo II do CTB e Resolução CONTRAN n.º 483/2014, a sinalização semafórica consiste em um subsistema da sinalização viária que se compõe de indicações luminosas acionadas alternada ou intermitentemente, por meio de sistema elétrico/eletrônico, cuja função é controlar os deslocamentos. Tem a finalidade de transmitir diferentes mensagens aos usuários da via pública, regulamentando o direito de passagem ou advertindo sobre situações especiais nas vias.
- O presente Termo de Referência objetiva especificar os equipamentos e materiais a serem instalados para a manutenção e melhoria da sinalização semafórica do município, visando, inclusive, sua modernização. O projeto prevê a manutenção/substituição dos equipamentos existentes e a ampliação da malha semafórica, sempre com o intuito de aumentar a segurança no trânsito.
- O direcionamento e organização de veículos e pedestres serão melhorados, sobretudo através de equipamentos modernos com iluminadores LED, que oferecem economia de energia, baixo índice de manutenção e grande amplitude visual.
- Equipamentos mais avançados possuem recursos de controle inteligente que se adaptam em tempo real às condições locais de tráfego, reduzindo congestionamentos e melhorando o fluxo de veículos, além de contagem regressiva sonora e visual que auxiliam pedestres e condutores, especialmente aqueles com necessidades especiais, a se locomoverem nas vias com segurança.
- O atual sistema semafórico do município está desatualizado, com limitações tecnológicas de controle e operação, além de um elevado índice de manutenção, gerando custos extras e contratempos. Isso prejudica o trânsito, uma vez que a solução nem sempre é ágil e completa, muitas vezes devido à indisponibilidade imediata de recursos.

- Com o aumento vertiginoso da frota veicular e a limitação dos equipamentos atuais, a circulação na cidade torna-se cada vez mais desconfortável e caótica.
- Para contar com um sistema moderno e eficiente, os novos equipamentos deverão possibilitar operação e controle remotos, a partir de uma central, através de software de gerenciamento semaforico. Isso permitirá imediata identificação de problema e intervenções rápidas de manutenção corretiva ou ajustes de programação, entre outras possíveis ações funcionais.

5. QUANTITATIVOS

- O município atualmente possui 17 interseções de tráfego com sinalização semaforica. Estes pontos são essenciais para a manutenção da ordem e segurança no trânsito, contribuindo significativamente para a eficiência do fluxo de veículos e a segurança dos pedestres.
- Além disso, existe uma constante demanda para a instalação de novos semáforos, devido ao aumento da frota veicular e agravamento da taxa de saturação das vias.
- Para atender tanto aos pontos existentes quanto aos novos (quando tecnicamente justificada a expansão), o município dimensionou o total de itens de equipamentos necessários à contratação.
- É importante destacar que foram realizados inventários e estudos preliminares por experientes técnicos do município, que avaliaram tanto a necessidade de manutenção e eventual substituição nos pontos já existentes quanto a viabilidade e necessidade de instalações adicionais, inclusive dimensionando a quantidade de cada item de serviço.
- Além das considerações anteriormente mencionadas, é importante destacar a abordagem do município em relação a itens específicos como as estruturas metálicas semaforicas e acessórios, reconhecendo a possibilidade de reaproveitar parte deste equipamento.
- No entanto, embora exista a intenção de reaproveitar algumas das estruturas e acessórios existentes, é crucial que cada item passe por uma avaliação técnica para garantir sua funcionalidade e segurança.
- A seguir o quadro com a descrição dos itens de serviço a serem contratados e suas respectivas unidades de medida e quantidades:

Item de Serviço	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor
1.0	EQUIPAMENTOS				

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA SEGURANÇA, ORDEM PÚBLICA E MOBILIDADE
COORDENADORIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL
COORDENADORIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO



1.1	Controlador eletrônico de trafego com microprocessador de 16 bits, hardware totalmente modular, tipo "plug in", componentes tipo "low power" e memoria não volátil para retenção da programação, com 4 fases.	un	6,00	R\$43.034,42	R\$258.206,52
1.2	Controlador eletrônico de trafego com microprocessador de 16 bits, hardware totalmente modular, tipo "plug in", componentes tipo "low power" e memoria não volátil para retenção da programação, com 6 fases.	un	10,00	R\$68.783,69	R\$687.836,90
1.3	Controlador eletrônico de trafego com microprocessador de 16 bits, hardware totalmente modular, tipo "plug in", componentes tipo "low power" e memoria não volátil para retenção da programação com 8 fases.	un	4,00	R\$68.783,69	R\$275.134,76
1.4	Placa de comunicação sem fio (wireless) GSM/GPRS, com GPS, para controlador eletrônico de tráfego local. Fornecimento.	un	20,00	R\$ 7.820,05	R\$ 156.401,00
1.5	Retirada de controlador de tráfego.	un	17,00	R\$723,05	R\$12.291,85
1.6	Instalação, programação e teste de funcionamento de controlador de tráfego.	un	20,00	R\$749,30	R\$14.986,00
1.7	Poste tipo S4, coluna de 4 1/2", de diâmetro, braço projetado de 4", e projeção de 6200mm, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	30,00	R\$4.838,68	R\$145.160,40
1.8	Poste tipo S5, simples, de 4" de diâmetro. Conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	30,00	R\$2.629,26	R\$ 78.877,80
1.9	Assentamento de poste simples de aço, diâmetro maior que 4", inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso.	un	30,00	R\$371,04	R\$11.131,20
1.10	Assentamento e montagem de poste de aço com braço projetado, inclusive abertura de furo, fundação e recomposição do piso.	un	30,00	R\$ 463,41	R\$ 13.902,30
1.11	Recuperação de poste com braço projetado, diâmetro maior que 4".	un	76,00	R\$159,29	R\$12.106,04
1.12	Bloco semafórico principal com 3 (três) módulos focais de 300mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	56,00	R\$4,294,78	R\$240.507,68
1.13	Bloco semafórico repetidor com 3 (três) módulos focais de 200mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	76,00	R\$3.100,00	R\$235.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA SEGURANÇA, ORDEM PÚBLICA E MOBILIDADE
COORDENADORIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL
COORDENADORIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO



1.14	Bloco semafórico para pedestre com 2 (dois) módulos focais de 200mm a led, compreendendo foco verde "Siga" (boneco) e foco vermelho "Pare" (mão espalmada) com borrachas de vedação e suportes de fixação, conforme especificação da CET- RIO. Fornecimento.	un	78,00	R\$2.240,56	R\$174.763,68
1.15	Retirada de bloco semafórico.	un	157,00	R\$148,68	R\$23.342,76
1.16	Instalação e teste de funcionamento de blocos semafóricos.	un	210,00	R\$269,19	R\$56.529,90
1.17	Botoeira para travessia de pedestres conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	un	24,00	R\$216,09	R\$5.186,16
1.18	Instalação e teste de funcionamento de botoeira.	un	24,00	R\$32,24	R\$773,76
1.19	Equipamento nobreak outdoor para sinalização semafórica; 1.200va; fator de potência de saída 1; com sistema de telemetria online por tecnologia wireless, gsm, ou similar; incluindo manutenção; locação mensal	un	240,00	R\$803,42	R\$192.820,80
1.20	Cabo para alimentação de semáforo, seção de 4x1,5mm2, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	m	1.200,00	R\$18,87	R\$22.644,00
1.21	Cabo para alimentação de semáforo, seção de 7x1,5mm2, conforme especificação da CET-RIO. Fornecimento.	m	1.200,00	R\$18,84	R\$22.680,00
1.22	Cabo de cobre flexível, 750V, seção de 2x1,5mm2, PVC/ 70oC. Fornecimento.	m	250,00	R\$3,46	R\$865,00
1.23	Cabo de cobre flexível, 750V, seção de 2x10mm2, PVC/ 70oC. Fornecimento.	m	800,00	R\$20,16	R\$16.128,00
1.24	Lançamento de cabos subterrâneos, exclusive fornecimento.	m	3.450,00	R\$7,64	R\$26.358,00
1.25	Conector perfurante para rede aérea, tensão de aplicação: 0,6/1 KV, corpo isolado resistente as intempéries, na cor preta, contrato dentado: liga de cobre estanhado, com camada de espessura mínima de 8 um e condutividade elétrica mínima de 98% IACS a 20o C, parafuso torquimétrico: liga de alumínio, capuz: material elastomérico na cor preta, incorporados ao corpo do conector de forma impermeável, grau de proteção: IP-65, para cabos: principal:6mm2 - 185mm2 e derivação: 1,5mm2 -10mm2. Fornecimento.	un	40,00	R\$47,00	R\$1.880,00
1.26	Cabo múltiplo em poste reto ou curvo; braço reto ou curvo ou base múltipla; exclusive fornecimento dos cabos. Colocação	m	120,00	R\$7,46	R\$895,20



1.27	Instalação de cabo em eletroduto com diâmetro de 1" ate 3".	m	200,00	R\$12,90	R\$2.580,00
1.28	Eletroduto de ferro galvanizado, diâmetro de 75mm (3"), exclusive luvas, curvas, abertura e fechamento rasgo. Fornecimento e instalação	m	120,00	R\$100,87	R\$12.104,40
1.29	Curva longa de 90o para eletroduto, de aço galvanizado, de 75mm (3"). Fornecimento.	un	40,00	R\$84,44	R\$3.377,60
1.30	Luva para eletroduto, de aço galvanizado, de 75mm (3"). Fornecimento.	un	60,00	R\$13,88	R\$832,80
1.31	Haste para aterramento, de cobre, de 5/8", com 3m de comprimento. Fornecimento e instalação.	un	136,00	R\$254,04	R\$34.549,44
2.0	GESTÃO SEMAFÓRICA				
2.1	Licença de software de sistema centralizado de controle em tempo fixo para até 20 interseções, expansível até 50 interseções.	mês	12,00	R\$10.947,58	R\$131.370,96
2.2	Link de dados banda larga full. Instalação e disponibilização.	pt x mês	12,00	R\$306,36	R\$3.676,32
2.3	Link de dados 4G/LTE. Instalação e disponibilização.	pt x mês	240,00	R\$172,37	R\$41.368,80
2.4	Licença de software de gerenciamento de manutenção e operação de rede de sinalização semafórica, inclusive geração de alerta de congestionamentos.	mês	12,00	R\$26.697,67	R\$320.372,04
3.0	DESOBSTRUÇÃO DE REDE SUBTERRÂNEA EXISTENTE				
3.1	Retirada de cordoalha e de cabos elétricos de interseção.	un	65,00	R\$297,36	R\$19.328,40
3.2	Servente (inclusive encargos sociais)	hora	200,00	R\$28,17	R\$5.634,00
4.0	TRAVESSIA SUBTERRÂNEA (VIAS)				
4.1	Mapeamento de interferências e plano de furo	m²	13.900 m²	R\$7,25	R\$100.775,00

4.2	Perfuração para passagem de duto subterrâneo pelo método não destrutivo (MND), inclusive remoção da lama betonítica e limpeza da obra.	m	2.580,00	R\$247,67	R\$638.988,60
4.3	Linha de duto de 110 mm de diâmetro, fabricado em material PEAD (polietileno de alta densidade) parede externa corrugado parede interna lisa.	m	2.580,00	R\$130,06	R\$355.554,80
4.4	Caixa de passagem com tampa articulada de ferro, com trava, tipo leve 600L-900mm de altura, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e assentamento.	un	85,00	R\$1.267,51	R\$107.738,35
5.0	TRAVESSIA SUBTERRÂNEA (CALÇADAS)				
5.1	Materiais para confecção de concreto estrutural dosado para uma resistência característica a compressão (fck) mínimo de 11MPa, inclusive perdas. Fornecimento.	m3	73,00	R\$335,35	R\$24.480,55
5.2	Preparo manual de concreto, compreendendo a mistura e o amassamento, exclusive materiais.	m3	130,00	R\$197,50	R\$25.675,00
5.3	Lançamento de concreto em peças sem armadura, inclusive a colocação, o adensamento e o acabamento, exclusive o transporte (TC 05.10.0050), considerando a produção baixa.	m3	130,00	R\$78,43	R\$10.195,90
5.4	Linha de duto espiral flexível em polietileno de alta densidade, tipo Kanalex ou similar, diâmetro de 50mm (2"), lançado diretamente ao solo com arame-guia galvanizado revestido em PVC, inclusive emendas e tamponamento, exclusive escavação e reaterro.	m	1.000,00	R\$20,50	R\$20.500,00
5.5	Linha dupla de duto espiral flexível em polietileno de alta densidade, tipo Kanalex ou similar, diâmetro de 75mm (3"), lançado diretamente ao solo com arame-guia galvanizado revestido em PVC, inclusive emendas e tamponamento, exclusive escavação e reaterro.	m	470,00	R\$43,14	R\$20.275,80
5.6	Escavação manual de vala em material de 1a categoria (areia, argila ou piçarra), até 1,50m, exclusive escoramento e esgotamento.	m3	130,00	R\$56,34	R\$7.324,20
5.7	Escavação manual de vala a frio em material de 2a categoria (moledo ou rocha decomposta) até 1,50m de profundidade, exclusive escoramento e esgotamento.	m3	130,00	R\$140,67	R\$18.287,10
5.8	Reaterro de vala, com pó de pedra, compactado manualmente, inclusive fornecimento do material.	m3	88,00	R\$233,88	R\$20.581,44
5.9	Demolição manual de concreto simples com empilhamento lateral dentro do canteiro do serviço.	m3	19,00	R\$386,29	R\$7.339,51

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA SEGURANÇA, ORDEM PÚBLICA E MOBILIDADE
COORDENADORIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL
COORDENADORIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO



5.10	Caixa de passagem com tampa de ferro tipo leve 300L-400mm de altura, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e assentamento.	un	85,00	R\$289,86	R\$24.638,10
5.11	Caixa de passagem com tampa articulada de ferro, com trava, tipo leve 600L-600mm de altura, conforme especificação CET-RIO. Fornecimento e assentamento.	un	60,00	R\$1.130,53	R\$67.831,80
5.12	Transporte de carga de qualquer natureza; exclusive as despesas de carga e descarga tanto de espera do caminhão como de servente ou equipamento auxiliar, em baixa velocidade (Vm=30Km/h), em Caminhão de Carroceria Fixa, a óleo diesel com capacidade útil de 7,5t.	t.Km	10.669,00	R\$2,04	R\$21.764,76
5.13	Carga e descarga manual de peças de peso reduzido: tijolos, telhas, cimento e agregados em sacos, em Caminhão de Carroceria Fixa a óleo diesel, com capacidade útil de 7,5t, inclusive tempo de carga, descarga e manobra.	t	358,00	R\$63,95	R\$22.894,10
6.0	MANUTENÇÃO FUTURA E EVENTUAL				
6.1	Manutenção preventiva e corretiva (por chamada). Equipe de Campo.	hora	200,00	R\$6.880,38	R\$1.376.076,00
TOTAL					R\$ 6.113.053,48

O prazo de entrega dos produtos e execução dos serviços deverá obedecer ao cronograma físico-financeiro, ajustado à proposta declarada vencedora.

6. LOCAIS DE EXECUÇÃO

A princípio os serviços serão executados nas 17 (dezessete) interseções semaforizadas, localizadas no corredor formado pelas Avenidas Oliveira Botelho, Feliciano Sodré e Lúcio Meira, e na Rua Tenente Luiz Meirelles.

- Av. Oliveira Botelho x R. Gonçalo de Castro
- Av. Oliveira Botelho x Rua Augusto Amaral Peixoto
- Av. Oliveira Botelho x R. Cel. Silvio Lisboa da Cunha
- Av. Oliveira Botelho x R. Judite Maurício de Paula
- Av. Oliveira Botelho x R. Cel. Antônio Santiago
- Av. Feliciano Sodré em frente ao Nº455
- Av. Feliciano Sodré x R. Rui Barbosa
- Av. Feliciano Sodré x R. Ten. Luiz Meirelles
- Av. Lúcio Meira x R. Jorn. Delcio Monteiro
- Av. Lúcio Meira em frente ao Nº311
- Av. Lúcio Meira x R. Duque de Caxias
- Av. Lúcio Meira x R. Francisco Sá
- Av. Lúcio Meira x Av. José Joaquim de A. Regadas
- Av. Lúcio Meira x R. Manoel José Lebrão
- R. Ten. Luiz Meirelles x R. Valdir Barbosa Moreira
- R. Ten. Luiz Meirelles x R. Feliuterpe
- R. Ten. Luiz Meirelles x R. Paquequer

Não obstante, os equipamentos semaforicos poderão ser implantados ou retirados em qualquer ponto da malha viária municipal, desde que tecnicamente recomendado, e para garantir a fluidez e segurança no trânsito, objetivo precípuo do sistema de sinalização.

7. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Além das normas que regem as licitações e contratos administrativos, o presente procedimento deve atender à Lei Federal nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Volume V - Sinalização Semafórica e as normas técnicas aplicáveis da ABNT.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da futura contratação deverão correr por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Reduzido	Programática	Fonte	Descrição
1127	202204122008420864490520000	1501	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
1128	020220412200842086449052000	1501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar da licitação empresas regularmente estabelecidas no país cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da contratação pretendida e que satisfaçam integralmente as condições previstas neste Termo de Referência, no futuro Edital e seus anexos.

Não poderão participar da licitação as empresas que se encontrem nas situações descritas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, obedecidas as exigências e condições descritas no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, com benefício limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante, obrigatoriamente, apresentar declaração de observância desse limite na licitação.

Profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da

licitação desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. VISTORIA TÉCNICA

Fica facultado ao licitante, às suas expensas, vistoriar os locais dos serviços, objeto deste Instrumento, para conhecimento dos pontos onde serão executados os serviços.

Para realização da vistoria técnica, o interessado deve providenciar agendamento prévio até 02 (dois) dias úteis anteriores ao da abertura da licitação, junto a Secretaria Municipal de Segurança Pública, através do telefone (21) 2742-3352 ramal 431 Guarda Civil Municipal, no horário das 09h:00m às 16h:00m.

O representante do interessado deverá estar habilitado por procuração.

Não serão aceitas alegações de desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para o licitante se eximir das obrigações assumidas, devendo apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que tomou conhecimento das condições e peculiaridades dos locais de realização do serviço, bem como de todas as informações necessárias ao pleno cumprimento do objeto a ser contratado.

11. ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo de Referência e no futuro Edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis;
- IV não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do futuro Edital, desde que insanável;
- VI - permanecerem com preços unitários ou valor total superiores aos estimados pela administração, após a etapa de lances.

A proposta deverá ser obrigatoriamente acompanhada da Planilha Orçamentária e Composição de Custos Unitários, assinados pelo responsável técnico da licitante.

A Planilha Orçamentária deverá conter seus itens e quantitativos idênticos aos consignados na Planilha de Orçamento da Secretaria Municipal de Segurança Pública, não sendo permitido ao licitante alterá-los (em seu conteúdo e quantitativos), sob pena de desclassificação.

A proposta deverá conter Preço Unitário e Preço Total de cada item, em algarismo, bem como o Valor Global da Proposta em algarismo e por extenso, de forma clara e precisa, em moeda corrente nacional.

A proposta deverá conter declaração expressa de que nos preços ofertados estão incluídos todos os custos com pessoal, encargos trabalhistas e previdenciários, material, equipamentos, fretes, tributos e taxas, seguros, lucros e quaisquer outros encargos eventuais e despesas incidentes, diretas e indiretas, necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado, não sendo permitido que nenhum encargo esteja discriminado em separado.

A validade da proposta não poderá ser inferior à 60 dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

Não será considerada nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Termo de Referência ou no futuro Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

Não serão admitidas propostas que, após decorrida a etapa de lances, apresentem preços global ou unitários superiores ao máximo admitido pela Administração, ou que não atenderem as exigências do Edital e seus anexos.

Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. A omissão de qualquer despesa necessária a perfeita execução dos serviços, será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

A apresentação das propostas implicará na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

12. PROVA DE CONCEITO

Em relação ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar na etapa de lances, a Administração realizará Prova de Conceito, mediante homologação de amostras para análise de conformidade, de modo a comprovar a aderência da solução proposta às especificações definidas neste Termo de Referência e no Edital.

O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, após convocação, se apresentar em no máximo 10 (dez) dias úteis na Secretaria Municipal de Segurança Pública para realização da Prova de Conceito, apresentando os seguintes equipamentos e softwares considerados em sua proposta:

- 1 (um) Controlador eletrônico de tráfego local, com 6 fases;
- 1 (uma) Placa de comunicação sem fio (wireless) GSM/GPRS;
- 1 (um) Bloco semafórico principal com 3 (três) módulos focais de 300mm de diâmetro a led, cobre-focos, anteparo, borrachas de vedação e suportes de fixação;
- 1 (um) equipamento nobreak outdoor para sinalização semafórica, com 1.200va e sistema de telemetria online por tecnologia wireless, GSM ou similar;
- 1 (um) software de sistema centralizado de controle em tempo fixo para até 20 interseções;
- 1 (um) software de gerenciamento de manutenção e operação de rede de sinalização semafórica, inclusive geração de alerta de congestionamentos;

A avaliação dos itens acima descritos será realizada mediante verificações objetivas constantes no Anexo I, em até 2 (dois) dias úteis, por comissão de 3 (três) membros a serem previamente nomeados pela secretaria requisitante.

A proposta será definitivamente julgada vencedora e a licitante considerada APTA a ser contratada, caso a solução ofertada atenda plenamente o roteiro de testes.

Caso algum item apresente problemas após a entrega, será permitida sua substituição, apenas 1 (uma) vez, por outro de mesma marca e modelo, após comunicação e aprovação da comissão de julgamento e avaliação.

Caso algum item tenha sido declarado reprovado, o licitante será desclassificado e a Administração convocará aquele classificado em 2 (segundo) lugar e assim sucessivamente até que um proponente seja considerado apto.

Após o término da Prova de Conceito, o licitante estando aprovado ou reprovado, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para retirar todos os itens disponibilizados.

Decorrido este prazo, fica, desde já autorizado o descarte do material pela Secretaria Municipal de Segurança Pública.

13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A apresentação de documentos de habilitação será exigida apenas do licitante mais bem classificado na fase de lances.

Sob pena de inabilitação, o licitante mais bem classificado deverá apresentar:

- Declaração de que atende aos requisitos de habilitação;
- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes, considerando a data de entrega das propostas.

O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

As condições de habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira serão definidas no Edital.

Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Sob pena de inabilitação, o licitante mais bem classificado na fase de lances deverá apresentar a seguinte documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico- operacional:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no CREA ou CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, referente às seguintes parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

- Controlador eletrônico de trafego local, compatível com operação centralizada de gerenciamento de trafego, com 04 fases;
- Controlador eletrônico de trafego local, compatível com operação centralizada de gerenciamento de trafego, com 06 fases;
- Bloco semafórico principal com 03 módulos focais de 300mm de diâmetro a LED;
- Bloco semafórico principal com 03 módulos focais de 200mm de diâmetro a LED;
-

- Software de gerenciamento de manutenção e operação de rede de sinalização semafórica, inclusive geração de alerta de congestionamentos;
- Perfuração para passagem de duto subterrâneo pelo método não destrutivo (MND);
- Linha de duto em polietileno de alta densidade(PEAD);
- Manutenção preventiva e corretiva. Equipe de campo.

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo CREA ou CAU que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei Federal nº 14.133/2021, referente às seguintes parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

- Controlador eletrônico de trafego local, compatível com operação centralizada de gerenciamento de trafego, com 04 fases;
- Controlador eletrônico de trafego local, compatível com operação centralizada de gerenciamento de trafego, com 06 fases;
- Bloco semafórico principal com 03 módulos focais de 300mm de diâmetro a LED;
- Bloco semafórico principal com 03 módulos focais de 200mm de diâmetro a LED;
- Software de gerenciamento de manutenção e operação de rede de sinalização semafórica, inclusive geração de alerta de congestionamentos;
- Perfuração para passagem de duto subterrâneo pelo método não destrutivo (MND);
- Linha de duto em polietileno de alta densidade(PEAD);
- Manutenção preventiva e corretiva. Equipe de campo.

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - Registro ou inscrição no CREA ou CAU;

VI - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e peculiaridades do objeto a ser contratado, atestando que conhece o local e as condições de realização do serviço para o cumprimento das obrigações da licitação, assegurado o direito de realização de vistoria prévia.

Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico para mais de uma empresa participante do processo de licitação, sob pena de inabilitação das licitantes infringentes.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

14.1 JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A exigência de qualificação técnica no presente processo licitatório fundamenta-se na necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade técnica comprovada para executar o objeto com eficiência, segurança e qualidade, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

O objeto da contratação envolve a implantação de solução tecnológica integrada e centralizada compreendendo o fornecimento de equipamentos, softwares, instalação, configuração, integração de sistemas e suporte técnico especializado. Trata-se, portanto, de objeto de alta complexidade técnica e operacional, cuja execução inadequada pode comprometer diretamente a continuidade e a qualidade dos serviços públicos.

Nesse contexto, a exigência de qualificação técnica mostra-se imprescindível pelos seguintes fundamentos:

14.1. Garantia da execução adequada do objeto

A comprovação de experiência anterior por meio de atestados de capacidade técnica visa assegurar que a empresa licitante já executou serviços similares, reduzindo significativamente o risco de falhas na implantação e operação da solução.

14.2. Complexidade e especificidade da solução

A natureza integrada do sistema exige conhecimentos técnicos especializados, especialmente nas áreas de:

- Tecnologia da informação e comunicação;
- Integração de sistemas;
- Infraestrutura de rede e monitoramento;
- Segurança da informação.

Assim, a exigência de qualificação técnica é proporcional e compatível com a complexidade do objeto.

14.3. Mitigação de riscos à Administração

A ausência de critérios técnicos mínimos pode resultar na contratação de empresa sem experiência comprovada, o que pode gerar:

- Atrasos na execução contratual;
- Inexecução parcial ou total do objeto;
- Necessidade de retrabalho e custos adicionais;

- Comprometimento da continuidade dos serviços públicos.
A exigência de qualificação técnica atua, portanto, como medida preventiva de gestão de riscos.

14.4. Conformidade com entendimentos do TCU

De acordo com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, é legítima a exigência de qualificação técnica desde que:

- Seja pertinente e proporcional ao objeto contratado;
- Não restrinja indevidamente a competitividade;
- Esteja devidamente justificada no processo.

A presente exigência atende a todos esses requisitos, sendo indispensável para a seleção da proposta mais vantajosa.

14.5. Garantia da continuidade e eficiência do serviço público

Considerando que a solução impacta diretamente atividades essenciais do órgão, a contratação de empresa tecnicamente qualificada é condição necessária para assegurar:

- Operação contínua e estável do sistema;
- Suporte técnico eficiente;
- Qualidade na prestação do serviço público.

Diante do exposto, a exigência de qualificação técnica mostra-se necessária, adequada e proporcional, não configurando restrição à competitividade, mas sim medida indispensável para garantir a correta execução do objeto e a proteção do interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e as orientações do Tribunal de Contas da União.

15. GARANTIA CONTRATUAL

Será exigida a prestação de garantia de execução em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor anual do contrato.

Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela

Administração.

O prazo para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade de seguro- garantia será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da Lei Federal nº 11.433/2021.

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

16. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas aplicáveis, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

A execução do contrato será acompanhada por 1 (um) fiscal do contrato, representante da Administração especialmente designado conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal 14.133/2021.

O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os boletins de medição serão realizados com periodicidade mensal, sendo

vedada a antecipação de parcelas sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que regularize sua situação ou apresente sua defesa.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% / 365I = 0,00016438$$

18. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: REAJUSTE / REVISÃO

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deve ser garantida de forma ordinária (reajustamento dos preços inicialmente pactuados) ou extraordinária (repactuação).

Os preços inicialmente contratados serão irremovíveis até o interregno de 12 (doze) meses da assinatura contratual, conforme Lei Federal nº 8.880/1994, salvo se houver alteração por Lei Federal.

Ultrapassado o prazo de 12 (doze) meses da assinatura contratual, os preços serão reajustados anualmente utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo, com data-base vinculada à data do orçamento estimado pela Administração, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = [(I_1 - I_0) / I_0] \times VP$$

Onde:

R = Valor do Reajuste

I₁ = Índice final

I_0 = Índice da data-base do orçamento estimado

VP = Valor da Parcela de Pagamento

Serão repactuados os preços, mediante revisão para mais ou para menos, conforme o caso, sempre que forem estabelecidas alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou aumento/redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

Também serão repactuados os preços para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

O prazo para resposta aos eventuais pedidos de revisão ordinária ou extraordinária para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será de 90 (noventa) dias corridos a partir da data de protocolo do pedido.

Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

Decorrido o prazo, não tendo a Administração procedido sua análise técnica e jurídica, os efeitos da revisão serão aplicados compulsoriamente.

Sempre que atendidas as condições do contrato, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de seu restabelecimento.

19. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A proponente deverá apresentar declaração na forma da lei, sob pena de desclassificação da proposta, que irá prestar garantia e assistência técnica, nas condições exigidas neste Termo de Referência, por período de, no mínimo, 12 (doze) meses, e que manterá peças, componentes e materiais inerentes a assistência técnica, disponíveis durante todo o período de garantia.

A garantia contra defeitos de fabricação deverá abranger todos os equipamentos, materiais, sistemas, peças e componentes da solução proposta.

O prazo de garantia será contado a partir da data de implantação do item. Na contagem dos prazos, deverá ser excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade.

Os equipamentos, materiais, sistemas, peças e componentes fornecidos como objetos deste projeto deverão ser testados e aprovados pela contratante, em conformidade com o plano de testes e aceitação a ser aprovado entre as partes.

Itens não aprovados deverão ser substituídos. A substituição deverá ser imediatamente após a solicitação da fiscalização à fim de garantir o perfeito funcionamento dos sistemas e as condições de segurança de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos, materiais, peças e componentes.

20. RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O objeto do contrato será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade do objeto, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- II - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- III - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação

sem motivo justificado

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência as seguintes sanções:

I Advertência;

II Multa;

III Impedimento de licitar e contratar;

IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A sanção de multa será calculada à proporção de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas acima previstas.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Teresópolis pelo prazo de 3 (três) anos.

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e de competência exclusiva da autoridade máxima do Poder Executivo.

As sanções de advertência, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A aplicação das sanções de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

22. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir sobre a solicitação de prorrogação motivada.

Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF) ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) no município do licitante, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto;

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas. Esta obrigação não se aplica às contratações decorrentes da Lei nº 13.303/2016;

Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante;

Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações;

Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos locais indicados pela CONTRATANTE;

O técnico deverá se deslocar ao local da execução do serviço, salvo se puder ser realizado a distância.

A Contratada deverá possuir em seu quadro de funcionários, profissional habilitado e competente para as instalações dos equipamentos devidamente registrado na entidade profissional competente, no momento da contratação e durante sua execução.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Procedimento Licitatório.

O foro do município de Teresópolis será o único competente para redimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

Nos termos, APROVO o Termo de Referência e AUTORIZO a realização da Licitação.

Teresópolis, 11 de maio de 2026

SERGIO MAURO LOUZADA FARES

Secretário de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade

Matrícula

4.70001-2

JOSE LUIZ DA SILVA PEREIRA

Engenheiro Civil

Matrícula

1.11433-6



MUNICÍPIO DE TERESOPOLIS

AVENIDA FELICIANO SODRE, Nº 675 - VARZEA - CNPJ: 29.138.369/0001-47

TERESOPOLIS/RJ - CEP 25.963-083

FONE: (21) 2742-3352



CÓDIGO DE ACESSO

FCCB5EB2F4664F718B17DD0A3D04D9AA

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: JOSE LUIZ DA SILVA PEREIRA em 15/05/2026 09:45:46
CPF:***.***-617-91
Certificadora: MUNICÍPIO DE TERESOPOLIS - ROOT
- ✓ Assinante: SERGIO MAURO LOUZADA FARES em 18/05/2026 11:43:06
CPF:***.***-627-92
Certificadora: MUNICÍPIO DE TERESOPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://teresopolis.flowdocs.com.br/public/assinaturas/FCCB5EB2F4664F718B17DD0A3D04D9AA>